

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

MR11 - Do corpo da classe a classe dos corpos: Jogos Olímpicos e os jogos da diferença

A visibilidade como legado: o esporte adaptado nos megaeventos esportivos

LUIZ FERNANDO ROJO (PPGA/UFF)

Apresentação

O Brasil, particularmente o Rio de Janeiro, está vivendo os últimos momentos de um ciclo de megaeventos esportivos que se iniciou com a realização dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, em 2007² e que irá concluir com a disputa dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Entre estes, tivemos ainda a organização dos Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações de Futebol e a Copa do Mundo de Futebol Masculino, que estão movimentando política, social e esportivamente a cidade e o país.

Neste trabalho, pretendo partir de um contexto específico no qual venho realizando trabalho de campo desde 2013 – a Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF/RJ) – para discutir algumas questões sobre a visibilidade e as perspectivas de algumas das pessoas envolvidas com os esportes adaptados em relação a estes eventos. Deste modo, estarei privilegiando uma perspectiva etnográfica que parta do “ponto de vista nativo” – no meu caso, o dos atletas, técnicos e dirigentes do movimento paralímpico – sobre uma das categorias mais discutidas por diversos atores – dos diferentes níveis governamentais aos movimentos sociais organizados – em relação a estes megaeventos: o “legado”.

Para isso, iniciarei apresentando um breve histórico da criação e desenvolvimento dos Jogos Paralímpicos, ressaltando sua transição de um evento fortemente voltado para uma perspectiva de reinserção social de pessoas com deficiências físicas para uma competição cada vez mais direcionada para a participação de atletas de alto rendimento.

Em seguida irei desenvolver como esta transição impactou a participação brasileira nestes eventos. Aqui irei explanar brevemente sobre o investimento realizado na consolidação do Comitê Paralímpico Brasileiro e, mais recentemente, na criação de circuitos regionais e nacionais de competições – principalmente natação e atletismo –,

¹ Este trabalho faz parte da pesquisa “Construções da corporalidade entre atletas de esportes adaptados na Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF)”. Agradeço a FAPERJ pelo financiamento deste projeto, através do edital Jovens Cientistas do Nosso Estado.

² Embora não possa ser considerado um “megaevento esportivo”, a sequência de competições internacionais no Rio de Janeiro começa com a realização dos Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas e para Amputados (World Wheelchair and Amputee Games), em 2005. Neste evento, que é o sucessor dos Jogos de Stoke Mandeville, participaram 700 atletas de 44 países.

possibilitando a criação de um calendário anual que contribui para o desenvolvimento esportivo de atletas de alto nível, bem como a consolidação das Paralimpíadas Escolares. Estas são pensadas tanto como uma porta de entrada para centenas de jovens portadores de deficiência na prática esportiva, como uma possibilidade de renovação permanente de uma elite esportiva, voltada diretamente para a concretização de transformar o Brasil em uma potência paralímpica.

Por fim, irei construir algumas interpretações sobre como um grupo específico de atletas, técnicos e dirigentes esportivos – integrantes da ANDEF – interpreta este movimento e como atribuem significados particulares, a partir de suas posições específicas, ao que se entende como possíveis “legados” da realização deste ciclo de megaeventos esportivos na cidade e no país. Aqui, portanto, estarei desdobrando algumas das reflexões as quais dei início em trabalho anterior (Rojo, 2013) no qual discuti a relativa invisibilidade dos eventos paralímpicos, seja no discurso daqueles que buscavam apoiar e propagandar a realização destas competições no Brasil, seja nas diversas manifestações críticas – tanto dos movimentos sociais quanto de setores acadêmicos – a estes megaeventos.

De Stoke Mandeville (1948) a Londres (2012)

Embora a prática de esportes por pessoas com algum tipo de deficiência física tenha uma história muito mais antiga³, é com a criação do Centro de Lesões Medulares, no hospital de Stoke Mandeville, pelo médico Ludwig Guttmann, em 1944, que o esporte adaptado tem o seu impulso decisivo. Tendo na prática esportiva um dos meios de reabilitação para estes lesionados, principalmente para os que foram vítimas da II Guerra Mundial, este médico viu na realização dos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, uma oportunidade de divulgar e estimular o esporte como um espaço terapêutico, tanto no que diz respeito ao tratamento físico quanto no seu potencial de reinserção social.

Assim, em um evento que coincidiu com a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres (o primeiro após o término da guerra), ele reuniu, em Stoke

³ O site do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) - <http://www.paralympic.org/the-ipc/history-of-the-movement> - registra a existência de clubes esportivos para deficientes auditivos em Berlim já no ano de 1888. Em 1923, há o registro de jogos em cadeiras de rodas realizados por residentes de um lar para militares e seus familiares, em Surrey (Inglaterra), tal como citado em: http://www.mandevillelegacy.org.uk/category_id_21_path_0p4p14p.aspx.

Mandeville, dezesseis pessoas (catorze homens e duas mulheres) para uma demonstração de tiro ao arco em cadeira de rodas. Embora tenha sido uma única prova, com um caráter muito mais de divulgação do que competitivo (mesmo tendo havido uma premiação aos vencedores), este evento é considerado como o ponto de partida para o desenvolvimento dos esportes adaptados, tendo tido uma sequência no ano seguinte com a instituição dos Jogos de Stoke Mandeville que, em 1949, já agregou o “wheelchair netball” (embrião do que foi adaptado para ser o basquete em cadeira de rodas) e contou com a presença de seis equipes que participaram dos dois esportes que compunham o evento.

Estes Jogos mantiveram sua periodicidade nos anos seguintes, com constante crescimento e a incorporação, em 1952, de atletas holandeses, o que o transformou em um evento internacional. A partir de 1960, as edições que coincidiam com o ano de realização dos Jogos Olímpicos passaram a ser denominados de Jogos Paraolímpicos⁴, embora os Jogos de Stoke Mandeville continuassem a ser disputados anualmente. Em 1997 sofreram nova mudança, passando a se chamar Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas; em 2005, incorporaram os atletas com amputação, alterando novamente seu nome para Jogos Mundiais em Cadeira de Rodas e para Amputados e estabelecendo um rodízio de cidades-sede e, em 2009, passa a ter a denominação atualmente em uso de Jogos Mundiais da IWAS (Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas e para Amputados), sendo gerido por esta federação.

De forma paralela, conforme pode ser visto na tabela 1, os Jogos Paralímpicos vão crescendo de forma constante, desde sua primeira edição, em Roma (1960), em todos os seus aspectos. Um marco simbólico, neste processo, é a definição, a partir de 1992, de que o processo de escolha da cidade-sede para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos se desse de forma conjunta. Esta era uma demanda dos organizadores dos Jogos Paralímpicos, desde sua primeira edição, que lutaram para que os Jogos Paralímpicos fossem realizados, antes mesmo desta resolução, ou na mesma cidade (1960, 1964, 1988) ou, pelo menos, no mesmo país (1972, 1976, 1984) dos Jogos Olímpicos.

Este crescimento se realiza, também, em termos da incorporação de um leque mais amplo – em comparação com os Jogos de Stoke Mandeville – de deficiências. Assim, se os primeiros jogos eram restritos aos usuários de cadeiras de rodas (principalmente

⁴ A partir de 2012 houve uma uniformização internacional do nome desta competição, que passou a ser denominada oficialmente de Jogos Paralímpicos. Assim, será esta denominação que, a partir de agora, será utilizada neste texto.

paraplégicos e tetraplégicos), as competições seguintes vão, paulatinamente, incorporando deficientes visuais, intelectuais e outros tipos de deficiências motoras. A criação, em 1989, do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) se insere, portanto, no contexto deste aumento numérico e de complexidade das competições do esporte adaptado que não cabiam mais no espectro das associações específicas voltadas para cada tipo de deficiência.

Tabela 1 – Evolução dos Jogos Paralímpicos

	Países	Atletas	Esportes	Eventos
Roma - 1960	23	400	8	57
Tóquio - 1964	21	375	9	144
Telavive - 1968	29	750	10	181
Heidelberg - 1972	43	984	10	- ⁵
Toronto - 1976	40	1657	13	-
Arnhem - 1980	43	1973	13	-
Nova York - 1984	45	1800	18	300
Stoke Mandeville 1984	41	1100	18	300
Seul - 1988	61	3057	18	-
Barcelona – 1992	83	3001 (700 M) ⁶	16	431
Atlanta – 1996	104	3259 (790 M)	19	508
Sidney – 2000	122	3881 (990 M)	18	561
Atenas – 2004	135	3808 (1165 M)	19	518
Pequim – 2008	146	3951 (1383 M)	20	472
Londres - 2012	164	4237 (1501 M)	20	503

Fonte: <http://www.paralympic.org/paralympic-games/summer>

É justamente a partir da criação do IPC que os Jogos Paralímpicos passam a experimentar um crescimento vertiginoso, não apenas em termos quantitativos, mas no que diz respeito a sua visibilidade para fora do movimento paralímpico. Investindo fortemente na divulgação por parte da mídia dos principais eventos, ajustando o sistema de classificação dos atletas, de modo a diminuir o número de classes envolvidas⁷, aumentando a competitividade e apoiando a criação de comitês paralímpicos nacionais, de modo a

⁵ Em algumas edições não consta o número de eventos realizados.

⁶ A partir deste ano passa a haver a indicação do número de atletas mulheres presente em cada edição dos Jogos.

⁷ Para maiores informações sobre este processo ver Vanlandewijck e Chappel (1996) e Howe e Jones (2006).

ampliar o número de países envolvidos, o IPC buscou transformar os Jogos Paralímpicos em um megaevento esportivo de atletas de alto rendimento.

O Brasil nos Jogos Paralímpicos

O movimento paralímpico brasileiro tem como marco de origem a iniciativa de duas pessoas – Robson Sampaio de Almeida, do Rio de Janeiro e Sérgio del Grande, de São Paulo – que, em 1958, descobriram o basquetebol em cadeira de rodas durante um tratamento hospitalar nos Estados Unidos e, ao retornarem para o Brasil, fundaram, respectivamente, o Clube do Otimismo e o Clube dos Paraplégicos de São Paulo.

A partir destas iniciativas, mesmo que lentamente, o Brasil começou a se inserir no esporte adaptado, primeiro no âmbito continental e, em 1972, com a sua primeira participação nos Jogos Paralímpicos. Estas participações implicaram na necessidade de se estabelecer uma organização para esta prática esportiva que culminou na fundação, em 1975, da ANDE (Associação Nacional de Desporto de Deficientes). Após este período inicial viveu-se um momento de criação de uma série de entidades voltadas para a prática esportiva específica de cada tipo de deficiência. Assim, foram instituídas, em 1984, a ABDC (Associação Brasileira de Desportos para Cegos) e a Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), em 1989, a Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais (ABDEM) e, em 1990, a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA). Todo este movimento confluiu para que, em 1995, fosse fundado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), entidade responsável pela organização conjunta do esporte adaptado no país.

Este processo de estruturação e a decisiva aprovação da Lei Agnelo-Piva⁸, em 2001, contribuíram para o crescimento quantitativo e qualitativo da participação brasileira nos Jogos Paralímpicos e, muito mais importante, para o desenvolvimento do esporte adaptado no Brasil, como pode ser observado na tabela 2, na qual se nota que houve um incremento significativo da participação de atletas nestes eventos e um impacto deste aumento no número de medalhas conquistadas.

⁸ Esta lei determinou, entre outras medidas, um aporte anual de recursos para o esporte olímpico e paralímpico a partir de porcentagens das receitas das loterias federais.

Este movimento, por sua vez, impulsionado por uma estratégia do CPB de investimento na transmissão dos Jogos Paralímpicos, tem ampliado de forma crescente a visibilidade do esporte adaptado no Brasil. Isto se reflete, entre outros aspectos, na mudança do perfil dos atletas que, se nos primeiros momentos, eram oriundos quase exclusivamente dos processos de reabilitação, hoje já procuram, cada vez mais, diretamente os clubes ou associações para inserção no esporte.

Tabela 2 – Participação do Brasil nos Jogos Paralímpicos

Ano	Atletas	Ouro	Prata	Bronze	Total
1972	20	0	0	0	0
1976	33	0	1	0	1
1980	14	0	0	0	0
1984	29	7	17	4	28
1988	62	4	9	15	28
1992	43	3	0	4	7
1996	60	2	6	13	21
2000	64	6	10	6	22
2004	98	13	11	7	31
2008	188	16	14	17	47
2012	183	21	14	8	43

Um dos casos mais famosos deste processo é o de Daniel Dias. Atualmente um dos melhores nadadores paralímpicos do mundo, com dezenas de medalhas de ouro em Jogos Paralímpicos e Campeonatos Mundiais, ele ressalta constantemente o fato de ter assistido a Clodoaldo Silva, durante os Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004, como um fator determinante na sua decisão de buscar o esporte:

Menos conhecido, porém tão importante quanto, na dimensão do que esta visibilidade significa para a ampliação da base esportiva, é o impacto que a realização dos Jogos Parapanamericanos, em 2007, a expectativa sobre os Jogos Paralímpicos, em 2016 e o aumento da cobertura midiática tem sobre o cotidiano de atletas e treinadores. Uma técnica, com quem conversei, explica como esta ampliação do conhecimento da população sobre o esporte adaptado tem incidido sobre o crescimento do número de praticantes:

“Muitas vezes a gente está andando e vê alguém na rua que tem o perfil para jogar bocha, porque você sabe, a bocha é o esporte para aquelas pessoas com maior grau de deficiência, e aí para o carro onde dá e vai lá conversar com a pessoa, falar do esporte, chamar para conhecer e ainda tem muita gente, muitas vezes a própria família olhava a gente de forma um pouco estranha, desconfiando. Agora, com um pouco mais de divulgação, tem sido um pouco mais fácil este trabalho, porque tem muito mais gente sabendo dos Jogos e aí já perguntam se é para participar, se vai competir em 2016. É um ganho e um problema isso. Por um lado, fica mais fácil esse trabalho, por outro a gente sabe que nem todo mundo vai virar atleta de alto-rendimento, é sempre uma minoria e o que a gente quer é que o esporte signifique algo na vida dessas pessoas, para além apenas do aspecto competitivo”.

É justamente sobre estas questões, que podem ser resumidas na categoria nativa “legado”, que irei me deter na parte final deste artigo. Entretanto, ao contrário do que tenho identificado em parte considerável das análises sobre os megaeventos esportivos (Mascarenhas et al, 2011), minhas interpretações serão construídas a partir de uma metodologia antropológica, o que significa, como indica Lévi-Strauss (1975), procurando realizar a Ciência Social a partir do observado que, neste caso em particular, são os atletas, técnicos e dirigentes envolvidos com o esporte adaptado no Brasil e, em especial, aqueles vinculados à Associação Niteroiense do Deficiente Físico (ANDEF), onde realizo trabalho de campo.

Para tal, irei me utilizar de uma adaptação, para as características particulares desta pesquisa, do que Magnani denominou de uma perspectiva “de perto e de dentro”, na qual, entre outros aspectos, penso ser possível superar as limitações de uma efetiva participação através de uma forma de observação que parta “dos próprios arranjos desenvolvidos pelos atores sociais em seus múltiplos contextos de atuação” (2002:25).

Desta forma, me referindo às contribuições de Geertz (1994), estarei tentando construir interpretações sobre como este grupo interpreta os possíveis “legados” destes megaeventos esportivos. Isto não significa desconsiderar análises que buscam entender este fenômeno a partir de olhares “de fora e de longe”, ou seja, que enfatizem dimensões mais gerais deste processo. Significa apenas lembrar que estas perspectivas não esgotam todo o universo de um tema tão complexo e, ao mesmo tempo, enfatizar que as análises

acadêmicas devem fugir das reduções dicotômicas que, fruto dos posicionamentos políticos envolvidos, buscam reduzir esta complexidade a um jogo de vilões e mocinhos.

Interpretando o “Legado” dos megaeventos esportivos “de perto e de dentro”

Por mais do que uma vez, durante o trabalho de campo que estou desenvolvendo na ANDEF, ouvi técnicos, dirigentes e mesmo alguns atletas mais velhos comentarem com os mais novos que “hoje em dia, está tudo mais fácil, aproveitem essa moleza aí que na nossa época era muito mais difícil. Hoje em dia tem bolsa, tem o Circuito⁹, tem patrocínio, um monte de coisa com que a gente nem sonhava há alguns anos atrás”.

Esta fala, ao mesmo tempo em que demarca uma transformação significativa no apoio ao esporte adaptado – a qual, segundo eles mesmos, teria começado com a definição do Brasil como sede dos Jogos Parapanamericanos de 2007 e a necessidade de “fazer bonito em casa” – também insere uma advertência e um receio. Ao enfatizarem que esta geração mais nova deve aproveitar este momento, é comum eles expressarem a incerteza de que, após a realização dos Jogos Paralímpicos de 2016, este mesmo nível de investimento irá se manter.

As possibilidades de interpretação desta leitura, que este grupo realiza, do momento pelo qual o esporte adaptado atravessa, são inúmeras. As que irei desenvolver aqui, como já indicado no final do item anterior, partem de um diálogo com as perspectivas metodológicas de Magnani (2002), que precisam ser um pouco mais desenvolvidas aqui.

O contexto da produção deste trabalho de Magnani é dado por sua abordagem dos fenômenos urbanos. Nesta abordagem ele inicia pela apresentação de duas perspectivas opostas sobre a cidade, mas que, segundo ele,

“Levam a conclusões semelhantes no plano da cultura urbana: deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência etc.. Não obstante seu esquematismo,

⁹ O Circuito Caixa é um conjunto de competições, patrocinadas pela Caixa Econômica Federal, que possibilita, segundo as pessoas com quem falei, uma continuidade de eventos em alto nível, tanto na esfera regional quanto na nacional e tem servido como base para a montagem de parte das seleções nacionais, possibilitando maior visibilidade e a obtenção dos índices para as competições internacionais.

esta é uma visão bastante recorrente no discurso da mídia e até em análises mais acadêmicas voltadas para a discussão de problemas urbanos” (2002:12).

Isto se daria, segundo Magnani, devido ao fato de que estas duas perspectivas, tanto a que enfatizaria a degradação das metrópoles como decorrência do capitalismo selvagem, quanto a que apresentaria uma cidade pós-industrial, imersa em um sistema globalizado, privilegiariam um olhar “de longe e de fora”. Isto levaria a que a cidade fosse analisada de forma dissociada dos atores sociais que as compõem:

“Tem-se a cidade como uma entidade a parte de seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de lobbies políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário (...) A bem da verdade, não é propriamente a ausência de atores sociais que chama a atenção, mas a ausência de certo tipo de ator social e o papel determinante de outros” (ib:14).

Para este autor, tanto os defensores deste processo quanto os seus críticos privilegiariam os atores coletivos. No primeiro caso, estes seriam os diversos tipos de personagens que planejariam os espaços urbanos, bem como aqueles que orientariam estes espaços em sua dinâmica “global”. Por exemplo, trazendo esta discussão mais próxima ao tema em questão neste trabalho, estariam aqui presentes os diversos agentes envolvidos na captação e organização destes megaeventos esportivos, que o Rio de Janeiro tem sediado. No segundo caso, estes atores sociais apareceriam ou como “parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano (...) ou como sujeitos de estratégias políticas como o orçamento participativo, um ‘urbanismo socialmente includente’, associações de vários tipos etc.” (ib:15). Aqui, uma vez mais, eles aparecem na análise sobre os megaeventos esportivos que buscam enfatizar a dimensão de gentrificação que este processo acarreta sobre o tecido social urbano e as múltiplas formas de resistência coletiva organizadas contra não apenas estes impactos, mas também à própria realização destas competições esportivas.

A alternativa proposta por Magnani se estrutura no que ele denomina de “observação de perto e de dentro, ou seja, partir dos arranjos dos próprios atores sociais, das formas por meio das quais eles se avém para transitar pela cidade, usufruir seus

serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas” (ib:18).

É, portanto, a partir desta inspiração que analiso como os atores sociais que pesquiso transitam não pela cidade, mas por este fluxo de eventos esportivos, como eles buscam usufruir das possibilidades abertas por estas competições para estabelecer seus próprios encontros e projetos e tentar construir os “legados” possíveis para a continuidade de sua prática. Analisar o período que vai desde a definição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Parapanamericanos até os momentos imediatamente posteriores ao encerramento dos Jogos Paralímpicos em uma perspectiva “de perto e de dentro” é, deste modo, dar centralidade a estes arranjos nativos e as formas como as pessoas envolvidas com o esporte adaptado atribuem sentido a este processo.

Para a minha compreensão do que seja a Antropologia, isso significa ter que construir minhas interpretações a partir do que eles querem dizer com ter que “aproveitar essa moleza aí”, ou seja, como um momento entendido como extremamente positivo, mas ao mesmo tempo passageiro, entre um passado de escassez e um futuro de incertezas. Esta sensação atravessa todos os setores envolvidos com o esporte adaptado.

Os dirigentes do Comitê Paralímpico, por exemplo, buscam garantir as melhores condições para a continuidade do crescimento quantitativo e qualitativo da participação brasileira nas competições internacionais. Isto se dá, por um lado, através do desenvolvimento das Paralimpíadas Escolares, através do qual se investe na ampliação do número de praticantes de modalidades esportivas, bem como em reduzir a idade em que os futuros atletas de alto rendimento iniciam os treinamentos específicos, procurando garantir – pelo menos para a próxima geração – a capacidade de renovação dos atletas de elite. Por outro lado, tivemos recentemente, a inauguração de um centro de treinamento esportivo de excelência, voltado para o esporte adaptado, em São Paulo, o que contribui para a construção de estruturas físicas mínimas voltadas para este grupo.

Entre os atletas estas perspectivas são, também, voltadas para algumas destas questões estruturais, mas principalmente, como indicadas no início deste ítem, para a possibilidade de garantir alguma condição financeira melhor, tal como foi expresso por um dos atletas da ANDEF, que recebe uma bolsa-atleta do governo federal: “tem quem fazer o pé-de-meia agora, porque a gente não sabe até quando estas bolsas vão durar”. Este programa, coordenado pelo Ministério dos Esportes, tem investido na formação de atletas olímpicos e paralímpicos, através de uma série de bolsas, que têm contemplado, com

diferentes valores, desde as faixas mais jovens até aqueles nos quais se espera um desempenho de excelência nos Jogos de 2016. Assim, por exemplo, os três primeiros colocados em cada modalidade das Paralimpíadas Escolares de 2014, foram contemplados com bolsas de R\$ 370,00, lembrando que nesta categoria são jovens entre 14 e 17 anos de idade.

Isto remete para uma outra dimensão deste “legado” e impõe a necessidade de inserir outra categoria para a compreensão de como estes eventos implicam novos arranjos sociais, quando se olha para eles “de perto e de dentro”. Quando acompanhei esta última edição das Paralimpíadas Escolares, em São Paulo, que reuniu mais de oitocentos jovens atletas portadores de deficiências em idade escolar, pude perceber a presença de vários familiares que acompanhavam seus filhos neste evento.

Este tipo de presença familiar, vista de fora e de longe, pode ser naturalizada como sendo simplesmente para estarem presentes com sua torcida, ou como auxiliares na locomoção dos que necessitam deste tipo de apoio. Embora alguns dentre eles possam ser enquadrados apenas nestas categorias, quando se observa “de perto e de dentro” outros significados se somam àqueles, como as falas abaixo permitem compreender melhor.

Meu primeiro contato com Renata¹⁰ foi durante seu processo de classificação funcional¹¹. Era sua primeira competição nacional e ela entrou na sala acompanhada de sua mãe. A análise do caso de Renata foi bastante complexa, levando um tempo bem maior do que a média dos demais atletas e demandando algumas reuniões não apenas entre a equipe responsável, mas tendo sido convidada a outra equipe de profissionais que estava na sala e até mesmo o coordenador geral da modalidade. Isso se deveu ao fato de que não havia certeza de que a atleta seria elegível, o que implicaria na sua eliminação da competição. Por fim, os envolvidos optaram por classifica-la na classe mais elevada e, mesmo assim, mantê-la sob observação, de modo a reavaliar seu desempenho durante as provas. Ao final das Paralimpíadas Escolares, com Renata tendo obtido uma das três

¹⁰ De modo a preservar o anonimato da pessoa envolvida, seu nome foi aqui substituído por um pseudônimo, assim como foi ocultada a modalidade envolvida.

¹¹ Através da classificação funcional os atletas portadores de deficiência são definidos como elegíveis ou não para a prática de determinada modalidade esportiva e, caso sejam elegíveis, em que classe eles estarão inseridos. Estas classes, tal como ocorre nas categorias de diversos tipos de lutas (neste caso, por peso), buscam fazer com que as disputas mais equilibradas e mais justas. Para saber mais sobre este processo, ver HOWE, David; JONES, Carwyn (2006) e NOGUEIRA, Claudio (2008).

primeiras colocações em sua prova, tive a oportunidade de conversar com sua mãe sobre todo este processo:

“Estávamos muito nervosos, viemos de muito longe e foi bem difícil para vir para cá e ainda passar por isso tudo, sabe? Ela gosta muito de competir, gosta de jogar praticamente tudo e eu tento ao máximo ajudar no que eu posso, mas é tudo muito caro e agora, com essa bolsa, mesmo sendo pouco, já ajuda muito. Vai dar para comprar mais algumas coisas para ela, que esse dinheiro não é para mim não, é todo para ela, mas já alivia um pouco mais as despesas que eu tenho com ela”.

Já no caso de Fernando, atleta do Rio de Janeiro que já era agraciado com o bolsa-atleta e procurava manter esta bolsa por mais um ano, minha conversa foi diretamente com ele. Embora seu pai estivesse lá, presente na competição, Fernando dizia que ele ia apenas para incentivá-lo e que deixava toda a parte de preparação para os técnicos, porque já sabia como tudo aquilo funcionava. Segundo Fernando, esta situação é muito diferente do ano passado e ainda mais de quando começou a praticar esportes:

“Eu já nasci com esta deficiência e então eu sempre fui o filho que vai precisar de apoio, de cuidado, o tempo todo. Meus pais, meus irmãos, todo mundo sempre com muito cuidado comigo, que é bom por um lado, mas também te faz pensar que vai ser sempre um peso para a família. É o coitadinho da família, é o torto da escola, é tudo aquilo que a gente ouve a vida inteira. Aí, de uma hora para a outra, você descobre que pode praticar esporte e, melhor ainda, que pode começar a ganhar dinheiro com isso. Não é muita coisa, mas eu já dou uma ajuda em casa e ano que vem eu devo ir para a seleção, então pode passar de mil reais. Ninguém lá em casa ganha mil reais e eu vou deixar de ser o peso, para ser quem pode ajudar a dar uma melhorada nas coisas. Eu chego na escola com as minhas medalhas, ainda tem gente que olha e vê o torto, mas as meninas já chegam e querem ver as medalhas, querem saber como foi. Eu já posso chamar uma para ir no cinema, já não sou mais o coitadinho que nunca ia ser nada na vida”.

São estas transformações nos arranjos familiares e, principalmente, na construção de novas identidades sociais associadas com os portadores de deficiências que este momento possibilita e que, com isso, gera a incerteza sobre a sua continuidade depois que “se fizer bonito em casa”. Ao mesmo tempo, eles nos falam sobre um tipo de “legado” que pode ser dificilmente (embora não seja impossível) mensurável nas análises estatísticas sobre os megaeventos esportivos, mas que a perspectiva etnográfica permite captar.

Este é um “legado” imaterial, que não se expressa em obras faraônicas nem na melhoria imediata dos índices sociais e que tem a ver diretamente com a questão da visibilidade de um grupo social fortemente estigmatizado na sociedade brasileira. As duas falas acima expressam um pouco desta mudança, de pessoas tendo suas identidades sociais alteradas no contexto de suas famílias, das escolas que frequentam, que deixam de serem os “coitadinhos” que se envergonham de si mesmos, para serem atletas, para terem orgulho de expor suas medalhas e que, ao começarem a contribuir financeiramente (mesmo que ainda em pequena medida) com as suas próprias despesas, começam também a projetar uma possibilidade de futuro mais independente.

Abrir a casa torna a casa visível

Constantemente as declarações das pessoas relacionadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COI) e ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) se referem às previsões e metas de resultados para as competições que serão realizadas em 2016, da mesma forma como foram estabelecidas e analisadas nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, em 2007. Como procurei expor no decorrer deste trabalho, esta dimensão do “fazer bonito em casa” tem sido um dos motivadores para um investimento sem precedentes – embora passível de inúmeras críticas por parte de muitos daqueles envolvidos com o esporte, em termos de organização e planejamento – principalmente no que diz respeito ao esporte adaptado.

Entretanto, há outra dimensão decorrente da decisão de sediar estes megaeventos esportivos que também é motivo de preocupação e alvo de atenção da sociedade como um todo. Abrir a sua casa para receber tantos convidados traz a responsabilidade para quem organiza a festa que o mote “imagina na Copa” – com o qual cada problema ocorrido nos últimos anos era remetido para o momento de realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, pelo que isso poderia ser amplificado tanto em termos da intensificação destes problemas como de sua maior visibilidade, uma vez que “os olhos do mundo vão estar

apontados para cá”, como foi expresso por diferentes atores sociais envolvidos neste processo.

Para analisar este contexto, entendo ser possível ampliar a estratégia da qual Correia e Soares se utilizaram, ao comparar a realização da Copa do Mundo de 1950 com a de 2014. Estes foram outros momentos em que

“A existência de intensos debates, e de uma grande preocupação com a organização e preparação do mundial nas duas edições brasileiras, deve ser encarada sob o prisma da importância material e simbólica que esse evento desempenha na (re)afirmação da imagem do Estado e da nação frente ao mundo e a ela mesma. Nas duas edições podemos perceber uma preocupação do Estado brasileiro em capitalizar o evento esportivo na direção da construção de uma imagem de Brasil para os estrangeiros e para os próprios brasileiros (apud Holanda, 2014)” (2015: 14-15).

Concordo com estes autores de que a organização desta série de megaeventos esportivos, que será concluída com a realização dos Jogos Paralímpicos, em 2016, está ancorada em uma estratégia de Estado, de inserção do Brasil em uma posição de destaque no cenário internacional, na qual um dos objetivos declarados era a sua inclusão como membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Para isso, é importante lembrar que, se a realização deste ciclo de eventos se deu de forma completa durante os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, os primeiros pleitos para sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos e a definição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos foram feitas durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Na organização da Copa do Mundo de 1950, um dos elementos centrais, neste discurso de construção de uma identidade nacional positiva, foi a construção do estádio do Maracanã. Como afirmaram Helal, Cabo e Silva:

“A construção do Maracanã tem uma conotação simbólica importantíssima dentro da formação deste discurso de grandiosidade da nação, pois o “Gigante do Derby” como ficou conhecido na época o maior estádio do mundo, seria construído em menos de dois anos e segundo a imprensa e as autoridades

demonstraria a nossa capacidade empreendedora para todo o mundo (...). Porém não seria “apenas” a construção do maior estádio do mundo que consolidaria a imagem do país no exterior. Era necessário que se constituísse em um paradigma de organização. Além disso, uma vitória do selecionado nacional melhoraria a imagem do país no exterior, demonstrando que esse povo “mestiço dos trópicos” estava pronto para conquistar a glória de ser campeão dentro de um esporte tão popular” (2010:12).

Já no caso do atual ciclo de megaeventos esportivos, esta dimensão das obras físicas, principalmente aquelas especificamente voltadas para as competições, foram as que mais sofreram as críticas daqueles que se posicionaram de forma contrária à realização destes eventos no país¹². Duas das maiores críticas neste sentido foram as relacionadas com os custos envolvidos para a edificação destes estádios e com os processos de remoção da população de mais baixa renda dos setores que foram valorizados com as obras referentes à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

No atual contexto e, principalmente no que diz respeito aos Jogos Paralímpicos, o principal legado, como já afirmei, diz respeito à visibilidade. Obviamente, desejava-se também que existisse algum tipo de melhoria no que diz respeito à acessibilidade. Uma das maiores críticas que se faz, internamente a este movimento, é o fato de que a cidade do Rio de Janeiro tem sérios problemas de acessibilidade. Nas calçadas os portadores de deficiência encontram desde obstáculos fixos (postes, pontos de ônibus e outros que impossibilitam ou dificultam o deslocamento) até a generalizada falta de civilidade dos estacionamentos irregulares, que bloqueiam o fluxo de pedestres e que são ainda mais problemáticos para os cadeirantes ou para deficientes visuais. Nos transportes públicos, ainda são poucos os ônibus que dispõem do mecanismo que facilita o acesso de cadeirantes e várias estações de trens e metrô apresentam problemas de acessibilidade. Apesar de todas as promessas neste sentido, muito pouco foi efetivamente realizado que possa ficar efetivamente como um legado material destas competições.

Assim, é neste legado imaterial da maior visibilidade que se concentram não apenas as avaliações positivas deste ciclo de megaeventos, mas também alguma esperança de que

¹² Há que se ter em mente que Correia e Soares (2015) já apontaram que, também na Copa de 1950, houve uma série de críticas ao valor gasto para construir o Maracanã.

isso possa se constituir em um ponto de partida para futuras melhorias. Como afirmou um dos atletas com quem conversei sobre isso “para que a gente possa conseguir alguma coisa, a gente precisa primeiro ser visto, precisamos ter algum peso na sociedade e, de repente, a gente que está ali na televisão, que consegue essas medalhas, pode começar a tentar mudar alguma coisa”.

Parte desta visibilidade é percebida, também, pelo aumento do número de trabalhos acadêmicos sobre o esporte adaptado. Até pouco tempo atrás, apenas a área de Educação Física dedicava alguma, mesmo que pouca, atenção para os aspectos específicos do esporte adaptado e, em geral, somente através daqueles envolvidos diretamente com a sua prática ou gestão. Nos últimos anos, no entanto, este número tem não apenas crescido, mas envolvido um leque bem mais considerável de áreas. Na Antropologia, tivemos o trabalho pioneiro de Araújo (2011), primeira tese de doutorado sobre o tema, que abordou a dimensão da corporalidade entre atletas de natação e, na mesma época, a dissertação de mestrado de Fremlin (2011), embora não focasse exclusivamente sobre o esporte, abordou a prática do rúgbi em cadeira de rodas.

Além disso, durante o trabalho de campo que venho desenvolvendo na ANDEF, pude presenciar diversos estudantes de graduação – de áreas como Psicologia, Desenho Industrial, Design e outras – que procuram aquela instituição para realizar seus trabalhos de conclusão de curso ou até mesmo de alguma disciplina específica, indicados por seus professores. Isto demonstra como a questão da deficiência tem conquistado maior visibilidade e, ao mesmo tempo, ao trazer o olhar de jovens estudantes para esta temática (esta própria pesquisa que realizo conta com a participação de três estudantes de graduação em Antropologia), amplia esta própria transformação do interesse sobre as questões que atravessam o esporte adaptado.

Ela também se encontra no crescimento da cobertura midiática que envolve o esporte adaptado. Neste aspecto, inclusive, é possível falar de um legado mais amplo em relação a uma redução da monocultura futebolística no país. Embora o Brasil siga sendo – e penso que o permanecerá ainda por muito tempo – o “país do futebol”, é visível que o espaço e o interesse, tanto da mídia quanto do público, têm crescido de forma expressiva. Ou seja, já não nos encontramos mais naquela situação descrita por DaMatta, quando de sua análise dos Jogos Olímpicos de 1984, em Los Angeles:

“Tento compreender por que os esportes olímpicos e a própria idéia de Olimpíada não despertam muito entusiasmo no Brasil, em contraste com o que ocorre com a ‘Copa do Mundo’ que, como diz a música, ‘é nossa!’. Assim sendo, o primeiro objetivo deste ensaio é discutir o espaço simbólico dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol na sociedade brasileira. Para tanto, faço uma pergunta simples, direta, mas crucial: por que as Olimpíadas não são capazes de capturar nossa imaginação e o nosso entusiasmo do mesmo modo que a Copa do Mundo?” (2003:19).

Pouco mais de trinta anos depois deste artigo, se é verdade que os Jogos Olímpicos continuam sem rivalizar, em termos de entusiasmo, com a Copa do Mundo, tanto eles quanto os Jogos Paralímpicos já despertam um nível muito maior de interesse do que ocorria em 1984, principalmente pela oportunidade de sediar, pela primeira vez na história, este tipo de evento.

Considerações Finais

Com este trabalho pretendo fechar um ciclo de discussões que venho realizando nos últimos anos sobre os megaeventos esportivos, nos quais focalizo o ponto de vista nativo dos envolvidos com o esporte adaptado. Meu interesse para desenvolver este tema surgiu quando estava em Buenos Aires, acompanhando um congresso de Antropologia, no dia em que o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Assim que foi anunciada a decisão, vários colegas do Grupo de Trabalho sobre Antropologia dos Esportes se manifestaram de forma crítica a esta escolha, enquanto poucas horas depois, passeando pelas ruas da capital argentina, pude ouvir diversas manifestações positivas, pessoas me cumprimentando pela “vitória” e outras enfatizando que seriam os primeiros Jogos Olímpicos na América do Sul, como que compartilhando de uma conquista que seria mais do que apenas brasileira.

Esta diferença entre as duas formas de apreensão daquela decisão me fez pensar sobre como a tese do esporte como sendo um moderno “ópio do povo” – questão que, no âmbito do futebol, DaMatta e outros (1982) já haviam tentado suplantar – permanece forte. Seriam mesmo apenas alienados aqueles que comemoravam, não apenas no Rio de Janeiro, mas em diversos países da América do Sul? Será que um evento tão complexo e

multifacetado propiciaria apenas duas leituras igualmente acrílicas: uma adesão completa aos Jogos e seus possíveis legados positivos ou uma adesão igualmente completa a sua crítica como um gasto exorbitante que poderia ser melhor utilizado em projetos sociais?

Quando comecei a desenvolver minha pesquisa atual, sobre a questão da corporalidade e da identidade entre atletas de esportes adaptados, percebi que ela abria um novo prisma para refletir sobre esta questão. Minha primeira constatação foi perceber como este era um campo praticamente ignorado pelas duas perspectivas dicotômicas que se apresentavam. Tanto os que aderiam de forma incondicional a realização dos Jogos no Rio de Janeiro, quanto os que os criticavam, também de forma absoluta, praticamente ignoravam que esta cidade também sediaria os Jogos Paralímpicos.

No decorrer do trabalho de campo que fazia, fui percebendo que os portadores de deficiência colocavam uma incômoda questão para estes dois grupos. Eles questionavam, simultaneamente, o ufanismo que não se sustenta ao ter que confrontar o discurso otimista dos organizadores destes eventos com a quase inexistência de melhorias urbanas, voltadas para a acessibilidade, de quem teve que arcar com os Jogos Paralímpicos para sediar os Jogos Olímpicos e o discurso pessimista de quem, ignorando a visibilidade que o esporte adaptado adquiriu, se atém exclusivamente à crítica da inexistência de legados materiais.

A segunda constatação foi a de que, saindo destes discursos totalizadores e procurando compreender estes megaeventos a partir de quem os vivenciava na prática, poderia encontrar um caminho para construir interpretações que estivessem um pouco mais de acordo com o que entendia ser a complexidade deste processo. Assim, o ponto de vista dos envolvidos com o esporte adaptado (e aqui outros pontos de vista poderiam ser igualmente tomados) serviu, como tento explicitar no decorrer deste trabalho, como uma forma de apreensão “de perto e de dentro” deste período ímpar na história esportiva brasileira.

Este ponto de vista me trouxe ao que denominei de “legado imaterial” destes megaeventos esportivos. Ele não é, tenho que deixar claro, o único legado e sequer o único legado imaterial que sediar tantos eventos trouxe. Mas, a questão da visibilidade para o esporte adaptado e, em alguma medida por extensão, da situação do portador de deficiência no Brasil, assume uma dimensão central para este grupo.

Enfatizar esta dimensão positiva deste ciclo de megaeventos esportivos não significa defender de forma alienada a sua realização no Rio de Janeiro – eu tenho uma série de críticas pessoais sobre a forma como eles foram organizados – mas tampouco

atacá-los – há muitos movimentos sociais que fazem esta parte com muito mais competência e através de melhores meios do que um texto acadêmico. Continuo defendendo que minha principal contribuição para este debate, como antropólogo, é elaborar uma interpretação sobre como um grupo em particular – o dos envolvidos com o esporte adaptado – o qual tem sido constantemente ignorado por ambos os lados desta disputa, tem trabalhado para construir o seu próprio legado diante do fato que os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 serão realizados no Rio de Janeiro. Fazendo isto, nem como um porta-voz do movimento paralímpico, uma vez que tanto os atletas quanto os técnicos e outros envolvidos com o esporte adaptado possuem seus próprios meios para expressar e lutar por seus interesses, nem como um intelectual neutro, eu penso que posso reforçar minha perspectiva sobre a dimensão política da Antropologia, que é profundamente devedora da contribuição de Geertz:

“Examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria, é tudo em que consiste a Antropologia. Pelo menos, é no que consiste como a entendo eu, que não sou nem niilista nem subjetivista e que, como vocês podem ver, tenho opiniões bastante firmes sobre o que é real e o que não é, o que é louvável e o que não é, o que é sensato e o que não é. Temos procurado, com sucesso nada desprezível, manter o mundo em desequilíbrio, puxando tapetes, virando mesas e soltando rojões. Tranquilizar é tarefa de outros; a nossa é inquietar. Australopitecos, Malandros, Cliques Fonéticos, Megalitos: apregoamos o anômalo, mascateamos o que é estranho, mercadores que somos do espanto” (2001:65).

Espero, com este trabalho, contribuir em desequilibrar um pouco as análises que vejo como hegemônicas sobre os megaeventos esportivos, trazendo alguns novos problemas que não demandem, necessariamente, respostas, mas que possam levar a novos questionamentos, que possam desnaturalizar um pouco daquelas certezas que ouvi ainda na mesa de Buenos Aires e que continuei ouvindo durante este ciclo de competições. Afinal, para “inquietar” é muito melhor trabalharmos com problemas que impulsionem a reflexão do que com certezas que nos tranquilizem.

Bibliografia:

ARAÚJO, Monica da Silva. *O corpo atlético da pessoa com deficiência: uma etnografia sobre corporalidade, emoção e sociabilidade entre nadadores paraolímpicos*. Tese de doutorado. Museu Nacional, PPGAS/UFRJ, 2011.

CORREIA, Carlos; SOARES, Antônio. Aproximações e distanciamentos entre as Copas de 1950 e de 2014: apontamentos sobre transformações no futebol e no Brasil. *Recorde*, vol. 8, nº 1, 2015.

DaMATTA, Roberto (org.). *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982.

DaMATTA, Roberto. Em torno da dialética entre igualdade e hierarquia: notas sobre as imagens e representações dos Jogos Olímpicos e do futebol no Brasil. *Antropolítica*, nº 14, 2003.

FREMLIN, Peter. *Corporalidade de chumbados: uma etnografia de pessoas com deficiências físicas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, PPGAS/UFRJ, 2011.

GEERTZ, Clifford. *Conocimiento local*. Barcelona: Paidós, 1994.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HELAL, Ronaldo; CABO, Álvaro; SILVA, Carmelo. Pra frente Brasil! Comunicação e identidade brasileira em Copas do Mundo. *Esporte e Sociedade*, ano 5, nº 13, 2010.

HOWE, David; JONES, Carwyn. Classification of disabled athletes: (dis)empowering the Paralympic practice community. *Sociology of Sport Journal*, nº 23, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, nº 49, 2002.

MASCARENHAS, Gilmar; BIENENSTEIN, Glauco; SANCHÉZ, Fernanda (orgs.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

NOGUEIRA, Claudio Diehl. O sistema de classificação funcional para atletas portadores de paralisia cerebral. *Novos Enfoques*, vol. 6, nº 6, 2008.

ROJO, Luiz Fernando. A Bridge from 2007 to 2016: a way to make adapted sports more visible in Brazil. *International Journal of Humanities and Social Science*, v. 3, 2013.